

Economia - Brasil
JOAQUIM LEVY, SECRETÁRIO DO TESOURO

Dívida sob controle é senha para retomada

Endividamento do governo deixa de crescer pela primeira vez em três anos, mas ajuste fiscal deve ser mantido em 2004

NICE DE PAULA E
RICARDO REGO MONTEIRO

Vencida a inflação, o tão decantado espetáculo do crescimento depende da queda da relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB), condição para a redução consistente dos juros. Autor da advertência, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, prevê que os primeiros sinais de reversão dessa trajetória serão dados no fim deste ano quan-

do o país, pela primeira vez em três anos, chegará a dezembro com praticamente o mesmo percentual de dívida em relação ao PIB do início do ano.

– Estabilizou e o ano que vem vai cair – diz.

Egresso do governo Fernando Henrique Cardoso, no qual ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Levy é testemunha privilegiada das dificuldades de um país que perdeu cerca de US\$ 30

bilhões, no ano passado, com uma crise de credibilidade que colocou à prova sua capacidade de pagamento. Por isso, admite que a transição para o crescimento terá de ser gradual, porque o governo resistirá à tentação do imediatismo. Mas garante que os resultados não tardarão a aparecer.

– Se a gente quer que o Brasil vá para frente, que tenha distribuição de renda, não adianta querer fazer uma grande festa que vai du-

rar dois dias, para tudo acabar na quarta-feira – diz.

Outra preocupação é não repetir erros passados. Erros que não se furta em apontar:

– Se a política fiscal tivesse sido mais forte há alguns anos atrás, nós não estaríamos aqui, nessa situação.

Nos últimos meses, Levy tem se debruçado sobre a árdua missão de elaborar, com outros funcionários do governo, o primeiro orçamento federal do governo petista. Para quem espera milagres,

com a abertura do cofre oficial, o guardião do Tesouro é peremptório: até por conta das dificuldades de caixa, o governo Lula permanecerá pautado pela austeridade fiscal no próximo ano. O que não quer dizer, porém, que o país não verá a cor dos investimentos.

Até por confiar no trabalho de ministérios como Casa Civil e Minas e Energia – que elaboram novos marcos regulatórios para garantir segurança ao investidor –,

Levy afirma que os recursos privados retornarão ao país em 2004.

– Não há recursos, mas se dermos condições, e eu acredito nisso, muita gente (*do setor privado*) vai querer entrar (*no país*) – aposta o secretário, que arremata: – Nós temos muito o que fazer e muito pouco o que gastar. O orçamento que sobra é muito pequenininho.

A seguir, os principais trechos da entrevista de Levy ao **Jornal do Brasil**:

POLÍTICA FISCAL

“O ministro (*Antonio Palocci, da Fazenda*) disse que a política fiscal tem que apoiar a política monetária. A política fiscal talvez tenha que ser um pouco mais forte. Se tivesse tido um superávit de 3% ao longo de todo o período FHC, hoje teríamos uma dívida de 30% mesmo com aquela política monetária. Estamos no momento em que no final das contas deve começar o ano parecido. Vai ser a primeira vez em três anos que a relação dívida-PIB não aumentou. Este é um avanço muito importante”.

GASTOS PÚBLICOS

“Há dois aspectos de política fiscal brasileira. Uma de administração de demanda, que é de curto prazo. Outro é o fiscal estrutural. Ainda estamos nessa questão, infelizmente. No ano que vem, acho que não tem espaço para expansão significativa do gasto público. Não se pode contar que os gastos do governo vão tocar a economia”.

PACIÊNCIA

“Se a gente quer que o Brasil vá para frente, que tenha distribuição de renda, não adianta querer fazer uma grande festa que vai durar dois dias para acabar na quarta-feira. O Lula mostrou paciência. Não vai perder em seis meses, o que demorou 20 anos para conquistar”.

INFORMALIDADE

“A economia informal é um problema para o país, atrapalha o crescimento. No curto prazo parece muito lucrativo, mas ela tem um efeito muito sério. As pessoas acabam optando por soluções que são mais ineficientes. Você não retém o empregado, então para que treiná-lo? Você não quer crescer demais, então faz uma coisa para não ficar muito visível”.

RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

“Qual é o grande problema para a administração? A previsibilidade. Ficavam congelados sem saber se ia ter corte ou não e aí, no fim do ano, vinha tudo da maneira mais incompetente possível. Este ano, até agora, a gente conseguiu evitar um corte. Se tudo correr bem, a gente vai fazer um esforço para conseguir fechar o ano sem ter novos cortes. Pela lei, eu não posso dizer que não vai ter. Bimestralmente, eu assino um documento para dizer se precisa ou não precisa”.

ORÇAMENTO DE 2004

“No ano que vem, acho que não tem espaço para expansão significativa desse

gasto. Não quer dizer que eu veja o ano que vem como negativo, pois será positivo. O que não se pode é contar com os gastos do governo para tocar a economia. Eu acho que não é por aí, pois o investimento privado, tanto nacional como estrangeiro, vai dar uma contribuição”.

QUEDA DOS JUROS

“A taxa de juros só vai cair de verdade quando você tiver esse maquinário microeconômico funcionando. Se o governo liberar geral, o título (*brasileiro*) vira pó”.

INFLAÇÃO

“No fundo, temos quatro opções: aumentar a carga tributária; aumentar a dívida (qual o espaço que a gente tem hoje para fazer isso?); cortar despesas; ou financiar com a inflação. Esse é o menu. A questão é escolher que combinação deve ser feita. Acho que ficou claro que inflação ninguém quer. A dívida tem seus limites. Então, tem que ser uma equação de como controlar as despesas e como manter a carga. Não dá para cortar todos os impostos porque é inviável. Acho que essa é a equação do governo como a gente está operando. E isso, de certo modo, vale para as empresas estatais também”.

INFRA-ESTRUTURA

“O governo tem muito o que fazer. Talvez não tenha muito o que gastar. O papel do governo é criar um ambiente seguro para o investimento. A idéia de que nós vamos ser uma mola para o investimento não é uma idéia boa, pois não há recursos. Principalmente para grandes investimentos em energia, se dermos condições, acho que vai ter muita gente querendo entrar nisso, tanto do setor privado nacional quanto estrangeiro. A Casa Civil entende isso e está organizando as condições necessárias. Os ministérios partiram na frente. O Ministério dos Transportes, por exemplo, deu um bom pontapé no setor de ferrovias. O governo está fazendo isso”.



LEVY: “Se a política fiscal tivesse sido forte anos atrás, não estaríamos nessa situação”

TRANSPORTE

“Uma área em que ainda há algumas coisas para fazer é o transporte, que tem alguns eixos auto-sustentáveis. O negócio do governo é criar as condições ou acabar a obra, entregar para o setor privado. Aí o governo pode cobrar de quem pode para dar a quem precisa. Isso funciona tanto no capitalismo, quanto no mercado e tem que funcionar no papel do governo. É bom para todo mundo. Quando fizer uma licitação, é importante que dali saia um preço que faça sentido. Aqui no Rio, por exemplo, durante as conversas com o governo ao longo deste mês, foi muito claro. Ter pelo menos a ligação Via Dutra-Sepetiba (*rodovia RJ-109*), para o Rio de Janeiro, pode ser uma diferença danada”.

RETORNO DOS INVESTIMENTOS

“Principalmente em áreas como energia, você pode investir com o setor privado. O Brasil tem dezenas de

potenciais médios de quedas d'água. Você pode leiloá-los que vão aparecer candidatos, como tem aparecido nos últimos anos”.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

“A gente mudou. De 30 anos para cá, nós temos uma estrutura fiscal quase de países europeus, nos quais as transferências são grande parte do orçamento. O que sobra, depois que tiramos todo o pagamento dos inativos do INSS, pensionistas, saúde, educação, é um orçamento pequenininho, cada vez menor. Acho que a reforma da Previdência vai muito no sentido de torná-las viáveis no longo prazo. Tem que saber que aquele negócio é pagável, é sustentável. A Europa já tem um bocado de investimentos feitos e aqui ainda tem que se fazer”.

REFORMA TRIBUTÁRIA

“A própria história do IPI (*Imposto sobre Produtos Industrializados*) temos olhado

com carinho. Sinalização estável com investimento tem que ser gradual”.

TARIFAS DE SERVIÇOS

“A questão de tarifas tem um aspecto que eu acho até muito construtiva. Qualquer serviço tem que espelhar a realidade do país. Isso aconteceu na década de 90, quando as coisas eram favoráveis, o país saiu privatizando tudo e queria um serviço de primeiro mundo enquanto o resto do país não era primeiro mundo. Muito pelo contrário. O que tinham, estavam torrando. A festa acabou. Você tem um contrato com uma companhia que diz que tem um serviço de primeiro mundo e cobra um preço de primeiro mundo, aí tem um choque”.

MARCOS REGULATÓRIOS

“Todo mundo entende a importância de se ter novos marcos regulatórios. O presidente entende; o ministro (*José Dirceu, da Casa Civil*)

entende; sei que os ministros setoriais entendem. Eu não sou especialista em marco regulatório, mas o trabalho que a ministra Dilma (*Rousseff, de Minas e Energia*) está fazendo não é fácil porque existem muitos interesses conflitantes. Tem que se antecipar, tem que dar os incentivos certos, tem que pensar o que vai funcionar. A gente tem que concentrar mais esforços nesse trabalho. Vamos ter que ter parcerias, e criar um ambiente para parcerias”.

AGÊNCIAS REGULADORAS

“A regulação tem que ser estável, mas não tem que ser estática. Você tem que ter aprimoramento para as pessoas saberem porque esses aprimoramentos estão acontecendo. Já foram mostrados, em algum casos, iniciativas individuais de harmonização no caso do setor elétrico e tem funcionado no governo como um todo, com a liderança da Casa Civil”.

CRISE

“Na década de 80, tivemos uma redução de 3,5% do PIB e a inflação aumentou em 50% ou 60%. Naquela época, houve uma recessão muito profunda. A diferença é que hoje se estuda quanto é a taxa de juros e qual vai ser a inflação do ano que vem. Fizemos a escolha que nos permite olhar para frente. A política monetária vai ajudar a política fiscal. Mesmo que o cenário internacional ainda esteja um pouco instável, tivemos o choque e sobrevivemos a ele. Agora, o futuro está aberto para nós”.

RECEITAS DA UNIÃO

“A DRU (*Desvinculação das Receitas da União*) é interessante. A vinculação faz parte de um entulho, se não autoritário, inflacionário. Porque a DRU é um instrumento altamente tosco que, numa época que o orçamento se resolvia pela inflação. Ainda não havia muita certeza quanto à resposta, compromissos de governo. Para garantir certas coisas mínimas, começam a botar vinculações. Se olharmos o orçamento brasileiro, vemos que tem 110% de vinculação em relação à despesa. Tem mais distância do que dinheiro. É importante ter uma prioridade, uma destinação, mas se tem um governo democrático que funciona, as prioridades vão evoluindo com o tempo. A DRU é para aquele mundo que estamos querendo abandonar, de inflação. A previsibilidade é o caminho para nos tornarmos gente grande”.

nic@jb.com.br
rmonteiro@jb.com.br

